

Debates

13 DE DEZEMBRO DE 2018 62ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS e CEZINHA DE MADUREIRA

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Marco Vinholi, de inversão da Ordem do Dia. Coloca em discussão o PLC 34/18.

2 - CARLOS GIANNAZI
Discute o PLC 34/18.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 34/18. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 700/18, salvo emendas. Encerra a discussão, coloca em votação e declara rejeitadas as emendas n°s 1, 2 e 3, com parecer contrário. Coloca em discussão o PL 615/18.

4 - CARLOS GIANNAZI

Pela ordem, declara voto contrário, em nome do PSOL, ao PL 700/18.

5 - JOÃO PAULO RILLO

Discute o PL 615/18.

6 - TEONILIO BARBA LULA

Discute o PL 615/18.

7 - MARCO VINHOLI

Discute o PL 615/18.

8 - JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA

Discute o PL 615/18.

9 - CÁSSIO NAVARRO

Discute o PL 615/18.

10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão do PL 615/18.

11 - BETH LULA SAHÃO

Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

12 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido e suspende a sessão à 1h19min, reabrindo-a à 1h20min. Coloca em votação e declara aprovada a consulta às lideranças, para que fosse dado conhecimento da íntegra e votada a emenda aglutinativa ao PL 615/18. Coloca em votação requerimento, com número regimental de assinaturas, de método de votação ao PL 615/18.

13 - ENIO LULA TATTO

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 615/18, em nome da Minoria.

14 - CEZINHA DE MADUREIRA

Assume a Presidência.

15 - BETH LULA SAHÃO

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 615/18, em nome do PT.

16 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Assume a Presidência.

17 - CARLOS GIANNAZI

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 615/18, em nome do PSOL.

18 - BETH LULA SAHÃO

Solicita a suspensão da sessão por três minutos, por acordo de lideranças.

19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Anota o pedido.

20 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em votação e declara aprovado o PL 615/18, salvo emendas e subemendas.

21 - BETH LULA SAHÃO

Pela ordem, declara voto contrário, em nome do PT, ao PL 615/18.

22 - CARLOS GIANNAZI

Pela ordem, declara voto contrário, em nome do PSOL, ao PL 615/18.

23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido da deputada Beth Lula Sahão e suspende a sessão por três minutos, à 01h54min, reabrindo-a à 01h59min.

24 - BETH LULA SAHÃO

Solicita a suspensão da sessão por dois minutos, por acordo de lideranças.

25 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido da deputada Beth Lula Sahão e suspende a sessão à 01h59min, reabrindo-a às 2h04min. Coloca em votação e declara aprovada a emenda aglutinativa ao PL 615/18. Coloca em votação e declara aprovadas as subemendas 1, 2, 3, 4 e 5, ao PL 615/18. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas A e B, ao PL 615/18. Coloca em votação e declara rejeitadas as subemendas 6, 7, 8 e 9. Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas, englobadamente, ao PL 615/18.

26 - BETH LULA SAHÃO

Pela ordem, declara voto contrário ao PL 615/18, e favorável às emendas, em nome do PT.

27 - CARLOS GIANNAZI

Pela ordem, declara voto contrário ao PL 615/18, e favorável às emendas, em nome do PSOL.

28 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PR 4/18. Convoca a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento para uma reunião extraordinária a ser realizada hoje, cinco minutos após o término desta sessão, e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para uma reunião extraordinária a ser realizada hoje, um minuto após o término da anterior. Encerra a sessão.
* * *

-Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.
* * *

-Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa requerimento assinado pelo deputado Marco Vinholi solicitando a inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item 3, Projeto de lei nº 700, de 2018, passe a constar como item 2, renumerando-se os demais itens.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Proposições em Regime de Urgência.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 34, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Integra a classe de Cirurgião Dentista na Lei Complementar nº 1.193, de 2013 e dá providências correlatas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, iniciamos o debate para aprovar, definitivamente, o PLC 34. É um projeto que faz justiça a uma importante categoria profissional do sistema de Saúde do estado de São Paulo. São os cirurgiões dentistas, que há muitos anos estão com os salários defasados e arrojados. Que nunca foram valorizados do ponto de vista da carreira, do ponto de vista funcional.

Esse projeto vem em um momento importante. Há um consenso, entre todos nós, de que esse projeto tem que ser aprovado. Sobretudo, porque ele garante a isonomia da carreira dos cirurgiões-dentistas com a carreira médica do estado de São Paulo. Esse é um projeto muito importante que será votado, com certeza, na data de hoje. Já sinto que a Assembleia começa a funcionar favoravelmente na defesa dos interesses, dos direitos e da dignidade dos nossos servidores, começando já pelo PLC 34. Então, quero manifestar a posição de toda a bancada do PSOL, pois vamos, logicamente, votar favoravelmente ao PLC 34.

Quero parabenizar os cirurgiões-dentistas que estiveram aqui em vários momentos. Deputado Ed Thomas, eles vieram de regiões distantes do estado, inclusive de sua cidade, Presidente Prudente, de Araçatuba, da Baixada Santista, da Grande São Paulo e de várias regiões. Eles estiveram aqui o tempo todo, antes do recesso, após o recesso, antes das eleições, após as eleições, fazendo grandes mobilizações, indo ao Colégio de Líderes, às comissões, aos gabinetes, conversando com as lideranças, conversando individualmente com os deputados. Fizeram um brilhante trabalho de convencimento, convencendo os 94 deputados e deputadas da importância da aprovação do projeto. Hoje é um dia histórico, pois o projeto será aprovado. Como eu disse, estou aqui fazendo a discussão e já antecipando a nossa posição.

Queremos fazer o mesmo em relação ao projeto da Defensoria Pública. Queremos votar o PLC 49, pois precisamos de uma Defensoria forte, organizada e valorizada. Os defensores públicos pertencem a uma carreira jurídica e devem ser valorizados, até porque o momento que estamos vivendo é muito grave, um momento de autoritarismo, de ataque aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, em que a população mais pobre será a mais prejudicada, será a população que mais perderá os seus direitos. Ela terá que fazer mobilizações e precisará muito da Defensoria Pública, que cumpre um papel importante. Nós, que trabalhamos com os movimentos sociais, os mandatos engajados nas lutas sociais do estado, somos parceiros da Defensoria e estamos na mesma trincheira de luta da Defensoria Pública. Nós nos relacionamos muito com os defensores ligados às áreas da Educação, da Habitação, dos Direitos Humanos.

Hoje mesmo, pela manhã, tivemos uma solenidade de lançamento do observatório para acompanhar as violações aos Direitos Humanos no estado de São Paulo e estivamos lá com a presença da Defensoria Pública, representada pelo nosso defensor da Assembleia Legislativa, o Dr. Rafael Pitanga.

No dia 13, organizei uma audiência contra o projeto Escola sem Partido no Plenário Franco Montoro e estivamos com a presença, na mesa da audiência, de três defensores públicos. Três defensores públicos participaram, fazendo explanações importantes sobre esse malfadado projeto de Escola sem Partido que, na prática, é um projeto de instalação da mordça e da censura em nossas escolas e de tentativa de intimidação de professores de todo o Brasil. Esse é o Escola sem Partido.

O Escola sem Partido é uma farsa total, pois é um projeto que tem partido: é o partido do autoritarismo, o partido que ataca a escola com liberdade, a escola com projeto pedagógico libertador, emancipador e libertário. Esse é um dos objetivos do projeto Escola sem Partido, mas a Defensoria se posicionou contra. Há uma nota técnica da Defensoria contra essa nefasta proposta. Lembro-me ainda dos defensores públicos participando daquele movimento importante que derrotou o governo Geraldo Alckmin quando ele tentou ressuscitar a reorganização da rede estadual. Isso foi em 2015, quando ele fecharia mais de 100 escolas.

Os alunos secundaristas da rede estadual fizeram uma grande mobilização, ocupando mais de 250 escolas em todo o estado. Lembro muito bem que um núcleo da Defensoria Pública fez toda a intermediação. A Defensoria Pública foi a única instituição em que os alunos confiaram para fazer a negociação junto ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e ao governo estadual. Participei de várias audiências, inclusive no Tribunal de Justiça, e quem representava os alunos naquele momento era a Defensoria Pública.

Então, é muito importante que haja, ainda nesta noite, a aprovação do PLC 49, por tudo o que a Defensoria Pública representa hoje. Ela vai nos ajudar a enfrentar esse momento difícil, em que a roda da história está girando ao contrário, para trás, com todos os ataques à sociedade brasileira.

Eu falei do Escola sem Partido, que é o projeto da mordça, da censura, mas ele tem também, como objetivo central, encobrir a verdadeira causa da educação. Os defensores do Escola sem Partido não querem debater as verdadeiras causas da crise educacional, a falta de financiamento público para a Educação e as questões da evasão escolar, da repetência escolar, da falta de qualidade nas escolas, da violência escolar; não querem achar solução para a superlotação de salas. Então, eles inventam o Escola sem Partido, que fala do fantasma de uma suposta doutrinação, que não existe na verdade, na prática. É por isso que eles tentam fazer esse debate.

Fico chocado porque Dória, que foi eleito governador do estado de São Paulo, disse que o primeiro projeto que vai apresentar para a Educação é o Escola sem Partido. Fico imaginando como um governador assume um estado com cinco mil escolas, quatro milhões de alunos e 300 mil professores dizendo que o primeiro projeto dele vai ser o Escola sem Partido. Trata-se de um projeto inconstitucional, sem amparo na legislação, que até o Supremo Tribunal Federal e a Procuradoria-Geral da República já rejeitaram. E o governador eleito disse que vai apresentar esse projeto. Ele deveria estar se preocupando com as escolas de lata da rede estadual, com a superlotação, com os baixíssimos salários dos profissionais da Educação, e não com essa proposta.

Então, temos que fazer esse debate da Educação. Escola sem Partido é uma pauta da extrema direita, de quem realmente está a serviço da exploração do povo brasileiro e não quer um povo crítico, formado para o pleno exercício da cidadania. Eles querem fortalecer a exploração dos trabalhadores. Os adeptos do Escola sem Partido querem, no fundo, encobrir a exploração dos trabalhadores, que são explorados diariamente. Querem aprofundar essa exploração através da reforma da Previdência, da reforma trabalhista, da lei da terceirização, da precarização do contrato de trabalho e da Emenda no 95, que congelou os investimentos nas áreas sociais por 20 anos - um projeto apresentado pelo governo Temer.

Fiquei chocado - já disse isso - com as declarações do Bolsonaro, dizendo que quer aprofundar ainda mais a reforma trabalhista, aproximando a legislação trabalhista brasileira, a Constituição Federal, à informalidade no emprego. Ou seja, significa que as reformas feitas pelo Temer, contra os trabalhadores, não foram suficientes para continuar com a esfoliação do povo brasileiro.

Haverá o aprofundamento. Bolsonaro vai aprofundar a miséria social, o inferno social no Brasil, atacando mais ainda o pouco que restou dos direitos e da dignidade do povo brasileiro, isso para beneficiar o capital financeiro, os bancos, o mercado, os especuladores e os rentistas da dívida pública brasileira. É disso que trata esse governo.

Temer já era um inferno. Nós vamos atravessar o inferno. Ou seja, estamos vivendo o que falei, a roda da história está girando ao contrário. Estamos retrocedendo em todos os níveis, no nível econômico, no nível das conquistas sociais, no nível cultural, no nível educacional. Regressões e mais regressões estão acontecendo no Brasil.

Porém, nós também conhecemos a história, o pêndulo da história. Sabemos que isso muda. A história tem um pêndulo. Se agora estamos no momento em que a extrema direita ocupa o espaço do aparelho do Estado brasileiro, nós sabemos que isso também é passageiro, que não existe vitória definitiva, nem derrota definitiva.

Deixo aqui a seguinte frase, que ouvi outro dia, que “se o inverno é deles, a primavera será nossa”. Vamos superar e vamos enfrentar esse momento histórico difícil, com muita luta, com muita resistência, com muito sonho e, sobretudo, aqui em São Paulo teremos a ajuda da Defensoria Pública, que defende o povo, defende a população, defende os direitos sociais, defende o direito à habitação popular, a educação pública de qualidade, a cultura, defende os direitos humanos.

Estamos celebrando agora os 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos, os 30 anos da Constituição Federal, a Constituição Cidadã, que está sendo desmontada agora. Estamos comemorando 50 anos do livro Pedagogia do Oprimido, do Paulo Freire, que é muito importante.

Nós comemoramos no ano inteiro. Comemorei muito na campanha eleitoral junto com a Erundina, fiz várias Caravanas da Educação com a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, hoje deputada federal, que teve a coragem de nomear o Paulo Freire, em 1989, como secretário municipal de Educação. Ficamos seis meses fazendo a Caravana da Educação, debatendo o Paulo Freire.

Ontem, dia 13, nós estávamos descomemorando o AI-5, que foi uma aberração jurídica e política contra o povo brasileiro, que suprimiu as liberdades individuais e coletivas, que potencializou, ainda mais, as perseguições e a opressão no Brasil, e que foi promulgado, editado exatamente no dia 13 de dezembro de 1968, que abriu espaço para cassações e perseguições não só da oposição ao regime militar, mas de artistas, jornalistas, intelectuais, de pesquisadores, de professores, de sindicalistas, e de todo pensamento crítico que foi perseguido pelo AI-5, pelo golpe militar e pela ideologia de segurança nacional, que também fez a roda da história retroceder 50 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 700, de 2018, de autoria da Mesa. Dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado para o exercício financeiro de 2019. Com 3 emendas. Parecer da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e contrário às emendas. Parecer da Mesa, contrário às emendas.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, salvo emendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação as emendas nºs 1, 2 e 3, com parecer contrário do congresso de comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Só queria manifestar o voto contrário da bancada do PSOL ao projeto do subsídio do governador que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de voto da bancada do PSOL.

Item 3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 615, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2019. Com 13.965 emendas. Retirada a emenda de nº 8.238. Parecer da Comissão de Finanças, favorável ao projeto com as emendas A e B e às emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 38, 40, 43, 60, 71, 108, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1579, 1583, 1588, 1592, 1593, 1599, 1602, 1605, 1607, 1608, 1610, 1617, 1621, 1623, 1626, 1629, 1630, 1632, 1633, 1634, 1636, 1637, 1640, 1643, 1645, 1654, 1660, 1667, 1668, 1670, 1672, 1673, 1682, 1684, 1687, 1688, 1690, 1691, 1692, 1693, 1694, 1700, 1703, 1704, 1706, 1715, 1717, 1720, 1723, 1724, 1726, 1734, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, 1743, 1744, 1748, 1750, 1751, 1753, 1755, 1756, 1758, 1766, 1768, 1772, 1776, 1778, 1790, 1792, 1796, 1806, 1807, 1808, 1809, 1812, 1819, 1823, 1824, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1928, 1929, 1930, 1931, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1975, 1987, 2020, 2024, 2025, 2026, 2027, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2043, 2044, 2045, 2046, 2049, 2056, 2059, 2067, 2068, 2069, 2070, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2095, 2099, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2108, 2109, 2112, 2113, 2114, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 2681, 2682, 2683, 2684, 2685, 2686, 2687, 2688, 2689, 2690, 2691, 2692, 2693, 2694, 2695, 2696, 2697, 2698, 2699, 2700, 2701, 2702, 2703, 2704, 2705, 2706, 2707, 2709, 2710, 2711, 2712, 2713, 2714, 2715, 2716, 2717, 2718, 2719, 2720, 2721, 2722, 2723, 2724, 2725, 2726, 2727, 2728, 2729, 2730, 2731, 2732, 2733, 2734, 2735, 2736, 2737, 2738, 2739, 2740, 2741, 2742, 2743, 2744, 2745, 2746, 2747, 2748, 2749, 2750, 3286, 4432, 4434, 4435, 4438, 4441, 4443, 4444,

4445, 4446, 4447, 4450, 4451, 4453, 4459, 4460, 4461, 4464, 4467, 4469, 4470, 4473, 4475, 4476, 4481, 4483, 4484, 4486, 4487, 4488, 4492, 4504, 4505, 4506, 4507, 4508, 4509, 4510, 4511, 4512, 4513, 4514, 4515, 4516, 4517, 4537, 4541, 4542, 4544, 4545, 4546, 4547, 4548, 4549, 4551, 4552, 4557, 4558, 4559, 4560, 4561, 4563, 4564, 4567, 4568, 4569, 4570, 4571, 4572, 4573, 4574, 4575, 4577, 4578, 4579, 4581, 4582, 4583, 4584, 4585, 4587, 4588, 4589, 4590, 4591, 4592.

Em discussão. Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores públicos das mais diversas áreas, defensores, servidores da Defensoria, aqui presentes. Chegamos à votação do orçamento do estado de São Paulo.

Ontem, eu havia me manifestado e hoje retorno a esta tribuna para me manifestar mais uma vez sobre a minha discordância da tática adotada por nós, que defendemos os servidores, que queremos aumentar o recurso das universidades, que queremos aprovar o projeto da Defensoria e que pelo visto será muito difícil isso acontecer.

Mas eu quero também aproveitar - porque a vida é feita de muita humanidade, de coisas importantes, de amizade sincera -, para dedicar minha fala a um amigo, ao professor de História da Universidade Federal de Uberaba, Clayton Cardoso Romano, que militou comigo desde o início da minha militância e que teve um problema de saúde muito por conta da disputa política acirrada que se dá nas universidades entre os homens de esquerda, os progressistas, contra os fascistas e passou mais de 20 dias em coma.

Felizmente, ele se restabeleceu hoje a sua lucidez e supera uma dificuldade muito grande. O Clayton Romano militou comigo no PT desde o início da minha militância e saiu no ano de 2007. Lembro-me que quando ele saiu do PT eu fiquei muito triste. Ele fez uma carta bonita para